



**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO RIO BRANCO  
GABINETE DO PREFEITO



*Ofício 805*

**Ofício nº 827/2025/GAPRE**

**Uruguaiana, 29 de outubro de 2025.**

**A Sua Excelência o Senhor**  
**Vereador Joalcei Alves Gonçalves**  
**Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana**  
**NESTA**

**Assunto: Encaminha Resposta.**

Excelentíssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao disposto no inciso XIV do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Uruguaiana, vimos pelo presente, encaminhar o **Ofício nº 197/2025 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES)**, em resposta ao **Ofício nº 1729/2025/DLEG**, de autoria do Poder Legislativo, onde a Vereadora Stella Luzardo solicita informações, conforme documento em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despeço-me com votos de elevada estima e consideração, permanecendo a disposição, para eventuais informações que ainda se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

  
**Carlos Alberto Delgado de David**  
*Prefeito Municipal.*



**OFICIO. n°.197/2025**

**De: SEDES**

**Para: SEGOV**

**Data: 22/10/2025**

**SR. Secretario**

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos através deste, encaminhar resposta de vossa solicitação, no que diz respeito aos questionamentos recebidos através da **C.I 1717/2025/SEGOV**, que encaminha o ofício n° 1729/2025/DLEG de autoria da vereadora **Stella Luzardo**, ac qual se DETERMINA que os setores competentes, a realização de fiscalização em estabelecimentos públicos e privados, comerciais e de serviços, a fim de assegurar o cumprimento da legislação vigente relativa á proteção e arrendimento preferencial da pessoa idosa. Que sejam adotadas medidas para orientar os estabelecimentos sobre os direitos da pessoa idosa, conforme previsto no Estatuto da pessoa Idosa, lei nº10.741/2003.

Cabe a esta secretaria elucidar os seguintes pontos: a **fiscalização do cumprimento da legislação de prioridade** prevista no **Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003)** é uma **responsabilidade compartilhada** entre diferentes órgãos e instâncias do poder público e da sociedade.

De forma mais detalhada

#### **1. Ministério Público**

É o **principal órgão fiscalizador**, cabe ao Ministério Público **zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados** às pessoas idosas (art. 74 do Estatuto).

Podendo **instaurar inquéritos civis, propor ações civis públicas** e atuar em defesa individual e coletiva dos idosos.

## **2. Poder Judiciário**

Garante a **aplicação da prioridade** em processos judiciais que envolvam pessoas idosas (art. 71). Devendo assegurar **tramitação prioritária** e cumprimento celere das decisões.

## **3. Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa (municipal, estadual e nacional)**

**Acompanham, fiscalizam e avaliam** as políticas públicas voltadas as pessoas idosas. Recebem **denúncias, sugestões e demandas** da comunidade. Atuam de forma articulada com o Ministério Público e com a rede de proteção.

## **4. Órgãos Públicos e Serviços Essenciais**

Todos os **órgãos públicos federais, estaduais e municipais**, bem como **empresas concessionárias de serviços públicos**, devem **cumprir e garantir a prioridade de atendimento** (art. 3º e art. 71). A fiscalização administrativa é feita por **ouvidorias, corregedorias e agências reguladoras**.

## **5. Sociedade e Entidades de Defesa dos Idosos**

A sociedade civil também tem papel fiscalizador: **denunciar violações** aos direitos da pessoa idosa junto ao Ministério Público, conselhos ou delegacias especializadas.

Sem mais para o momento.

  
Joana Greco Pinco

Secretaria de Desenvolvimento Social





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

OFÍCIO EXECUTIVO Nº 1719 /2025/DLEG

Uruguaiana, 7 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Carlos Alberto Delgado de Davi  
Prefeito  
Nesta

**Assunto: Indica providências.**

Senhor Prefeito,

1. Servimo-nos do presente para, em atenção à Indicação nº 418, da Vereadora Stella Luzardo Alves, aprovada pelo Plenário, indicar a Vossa Excelência, que determine aos setores competentes, a realização de fiscalização em estabelecimentos públicos e privados, comerciais e de serviços, a fim de assegurar o cumprimento da legislação vigente relativa à proteção e atendimento preferencial da pessoa idosa. Que sejam adotadas medidas para orientar os estabelecimentos sobre os direitos da pessoa idosa, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003) e Lei Municipal nº 4.208/2013 que dispõe sobre o Conselho Municipal do Idoso e outras providências.
2. A Constituição Federal, em seu art. 230, estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, garantindo sua dignidade e bem-estar. O Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003) reforça esse dever ao assegurar atendimento preferencial, imediato e individualizado nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, além de garantir condições adequadas de acessibilidade arquitetônica e outros direitos indispensáveis ao pleno exercício da cidadania e à efetiva proteção da dignidade da pessoa idosa.
3. No município de Uruguaiana, a Lei Municipal nº 4.000/2010 dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento para idosos e a Lei nº 4.208/2013 trata do Conselho Municipal do Idoso e de políticas de proteção à pessoa idosa. No entanto, observa-se que a fiscalização do cumprimento dessas normas, especialmente quanto ao atendimento preferencial e à efetiva garantia de acessibilidade em estabelecimentos comerciais, de serviço e órgãos públicos, ainda é insuficiente.
4. Diante disso, é necessário que a Prefeitura realize fiscalização efetiva, garantindo que os direitos da pessoa idosa sejam respeitados em todos os locais de atendimento ao público, promovendo assim dignidade, prioridade, acessibilidade plena e respeito à população idosa de Uruguaiana.

Atenciosamente,

Ver. JOALCEI ALVES GONÇALVES  
Presidente